

A EXPANSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO CENTRO OESTE

Elaine Cristina Vaz Vaez Gomes
Carina Elisabeth Maciel

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução da Educação Superior concernente ao processo de expansão do curso de Serviço Social. Discussão que se torna relevante a partir do momento que a modalidade a distância tem crescido e contribuindo para o acesso de estudantes na educação superior. Os dados utilizados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP, considerando alguns indicadores referentes às modalidades EAD e Presencial. Na Região Centro Oeste foram identificados no período de 2003 a 2011 (38.032) matriculados no curso de Serviço Social presencial, os dados mostram que no período de 2007 a 2011 totalizou 77.816 matriculados na modalidade EAD. A pesquisa permitiu identificar a expansão do curso de Serviço Social na região Centro Oeste, fomentando o debate da formação profissional da categoria.

Palavras-chave: Educação superior. Expansão. Serviço Social.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a expansão do curso de Serviço Social no Brasil, no período de 1995 até 2012 este estudo está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEs) e do Projeto Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil.

A pesquisa foi realizada por meio da análise dos dados do INEP/MEC, pesquisa bibliográfica e análise de legislações, as quais subsidiam a implantação de Instituições de Ensino Superior na modalidade a distancia, fato que tem contribuído para a expansão de ofertas de alguns cursos dentre eles, o curso de Serviço Social.

A Educação a Distância para o nível superior de ensino prevista no art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) é regulamentada pelo Decreto nº 5622 de dezembro de 2005. Destaca-se neste processo a criação da Universidade Aberta do Brasil por meio do Decreto nº 5.880 de 2006, que tem a finalidade de expandir a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil.

Nesse sentido, a temática objetiva contribuir para análise da expansão do curso de Serviço Social na modalidade EAD.

Inicialmente analisamos a história da educação superior no Brasil e a origem do Serviço Social no contexto da Educação a Distância. A relação entre esses elementos

determina a expansão do curso de Serviço Social e dos dados pesquisados, que constituem parte do contexto das políticas de educação superior no Brasil.

Breves considerações sobre a educação no Brasil

Com relação ao início da história da educação, Saviani et al. (2006, p. 16) considera como marco inicial desse processo da história da educação no Brasil “a chegada dos jesuítas em 1549, período que se estende até 1759”.

Observamos que são duzentos e dez anos da influência dos jesuítas na história da educação. Destaca o autor que o período seguinte é conhecido como a pedagogia pombalina, a qual durou sessenta e oito anos, de 1759 até 1827.

É importante ressaltar a contribuição do Manifesto dos Pioneiros neste processo da discussão da Educação no Brasil, ele tem sua relevância em virtude de apontar a necessidade de ampliar o acesso à educação, tornando um instrumento político. Sobre esse documento, Saviani et al. (2004, p. 34) afirma:

O manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferência Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo.

Corroborando com Camurra e Teruya (2008, p. 2) as quais ressaltam que o:

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação e representou simultaneamente, um plano de ação nacional em busca da estruturação de um sistema educacional e um documento de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social dos anos de 1920 e 1930.

Para compreendermos melhor sua relevância e o momento em que se deu o “manifesto”, faremos uma breve retrospectiva com relação à educação e às Constituições Brasileiras, ao longo dessa trajetória, como explicita Chizzoti (2005, p. 35) “o problema da instrução pública foi introduzido pelo discurso inaugural da Constituinte, feito por D. Pedro I. O imperador afirmava: “Tenho promovido os estudos públicos, quanto é possível, porém, necessita-se de uma legislação especial””. O mesmo autor continua a explicar sobre o assunto

e ressalta que a “promoção dos estudos públicos naquele momento, referia-se ao Colégio das Educandas, uma escola fundada por Dom Pedro I, com a finalidade de ministrar instrução para moças”.

Saviani (2011) coloca que foi somente após a Revolução de 1930 que a sociedade começa a enfrentar as consequências de um sistema capitalista e típico de uma sociedade dominante burguesa. Dentre esses problemas, destaca o da instrução pública popular. Ressalta, ainda, que “em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde. A educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional” (SAVIANI, 2011, p. 7).

É iniciada, em 1947, a discussão para a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Após quatorze anos de luta, em 1961, é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases de Educação, a LDB, em 1996 é aprovada a segunda Lei de Diretrizes e Bases de Educação- LDB.

Educação superior e o Serviço Social

O Serviço Social surge no Brasil nos anos 30 diretamente influenciado pela Igreja Católica, foi criado para atender as expressões da questão social, por meio de práticas caritativas de cunho assistencialista, como coloca Martinelli (2011, p. 96) “historicamente a realização da prática assistencial esteve bastante distanciada das relações sociais, associando-se mais à noção de caridade”.

De acordo com Castro (2010) a institucionalização e profissionalização do Serviço Social na Educação Superior, iniciam-se por meio das escolas onde esses profissionais são capacitados para realizarem seu trabalho. Sendo assim, surgem no Brasil às primeiras escolas de Serviço Social, nos anos de 1936 em São Paulo, no Rio de Janeiro em 1937 e Minas Gerais em 1946.

Com base no site da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, e Castro (2010) o curso de Serviço Social é criado em 1936, na referida Instituição na capital do Estado de São Paulo, vale ressaltar que os cursos de Serviço Social têm uma característica inicial, exclusivamente feminina, pois em seus primórdios foi cursado por mulheres ricas da sociedade paulista, influenciado diretamente por uma visão messiânica, cursados em Instituições de Ensino Superior privadas na modalidade presencial.

Sá (1995, p. 77) em Ata da Reunião de Encerramento da III Convenção de 1953 coloca que “é de toda a conveniência que a lei classifique o ensino de Serviço Social em nível

superior e único. Superior, porque os estudos são de nível superior e único porque o Serviço Social é um todo orgânico”. Ressalta que no dia 13 de junho de 1953 é aprovada a Lei nº 1889, a qual dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais, a referida Lei, regulamenta o ensino do Serviço Social, em nível superior com duração inicial de três anos.

Conforme *site* da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), diante da necessidade de revisão do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social, vigente desde 1982, conforme parecer CFE nº 412, de 4 de agosto de 1982 e Resolução nº 6 de 23 de setembro de 1982, foram necessárias várias discussões e debates.

Tais discussões foram iniciadas em 1994 e teve seu desdobramento em 1996, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996, oportunizando esse processo de discussão para normatização e definição das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, sintonizado com a referida Legislação. Sendo assim, no dia 8 de novembro de 1996 é aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social.

Em 2001 é aprovada as Diretrizes Nacionais do Curso de Serviço Social e no dia 13/03/2002 pela Resolução do CNE/CES nº 15 estabelece as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

Na atualidade o Curso é norteado pela referida Diretriz de 2002, entretanto, é válido explicitar a influência do sistema capitalista nessa caminhada, destacando as Políticas Neoliberais nesse contexto, as quais têm relação direta para o processo de expansão da Educação Superior.

Nesse sentido temos a década de 1990 onde se inicia esse novo modelo, caracterizado pela privatização e mercantilização da Educação Superior. Sendo assim, o recorte para análise com relação aos parâmetros para pesquisa bibliográfica serão as Políticas de Educação Superior no âmbito do cenário das Políticas Neoliberais, quando inicia o incentivo para a criação das Instituições de Ensino por meio das Instituições privadas, caracterizando a expansão de alguns cursos superiores.

A privatização do ensino superior tem seu início nos anos 90, entende-se por privatização segundo Bueno (1996, p. 529) o “ato de privatizar, de desenvolver à iniciativa privada uma empresa pública”. Este processo é estabelecido pela “compra e venda”, utilizando o sentido da palavra mercadoria, pelo mesmo autor citado acima sendo “aquilo que é objeto de comércio; aquilo que se comprou e se expôs à venda”. Sendo assim, a educação

passa a ter este valor no mercado, isto é, tem valor de “comércio” a partir de um processo de venda de uma empresa pública, isto é, que faz parte do domínio do Estado transferindo para o privado, isto é, para o particular por meio da compra e venda.

Para Bianchetti (2005, p. 87) “o conceito de mercado para o neoliberalismo é o eixo das relações sociais e, portanto, o motor de organização social”, destacando a característica mais importante “a ampliação do raio de ação da lógica do mercado”.

Nesse sentido, para um maior alcance dos resultados desse “raio de ação”, é a estratégia da ideologia neoliberal que conta com a Educação Superior, a qual passa a ter valor de mercado no contexto das Políticas propostas por meio do neoliberalismo.

Bianchetti (2005) explicita que a estratégia do Estado ao passar a Educação Superior para a sociedade civil incentivando o crescimento das Instituições de Ensino Superiores privadas tem o seguinte objetivo:

O papel subsidiário assumido pelo Estado em relação à educação significa também o apoio da iniciativa privada, pois esse investimento sempre é menor que o requerido para sustentação de uma estrutura maior. Se o Estado ajuda, os setores privados a desenvolverem a tarefa educativa, liberaram-se dos gastos de manutenção dos estabelecimentos e da estrutura burocrática” salientando que tal processo, levou a uma perda da qualidade da educação pública e uma tendência crescente de sua substituição pela educação privada (BIANCHETTI, 2005, p. 98).

Esse modelo denominado neoliberalismo, inicia-se com a gestão presidencial de Fernando Collor de Mello e tem seu apogeu na gestão de Fernando Henrique Cardoso com a reordenação do Estado Brasileiro e continuidade na gestão Presidencial de Lula. Conforme coloca Vieira (2000, p. 90) “a eleição de Collor traz inúmeras mudanças, a privatização emerge como palavra de ordem” e com relação ao Governo de FHC, a autora menciona o incentivo para a criação das Instituições de Ensino Superior destacando a necessidade de “reformulação do sistema de autorização para criação de estabelecimentos e curso”.

O processo de expansão da Educação Superior na ótica neoliberal conta também com o respaldo da LDB, onde no artigo 80 destaca que:

O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.

§1º - A educação a distância, organizada com a abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especialmente credenciadas pela União.

§2º - A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§3º - As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos

respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Percebemos que tal modelo tem repercussões diretas no processo de institucionalização de Instituições Superiores de Ensino, por meio do incentivo lançado sobre o privado a partir da ótica neoliberal na educação superior, a partir do momento em que começam a surgir as Instituições de Ensino Superiores denominadas IES destacando-se a modalidade a distância, tal modelo utiliza-se do discurso de oportunizar a educação para todos, valorizando o crescimento da tecnologia e sua utilização sob as diferentes “formas” de estudar.

Sendo assim, percebemos que a nova ótica neoliberal causam mudanças na Educação Superior Sguissardi e Silva Júnior (2012, p. 38) salientam que a educação superior “tomou a forma de um processo educacional voltado para a formação humana reducionista, predominantemente profissionalizante, realizada por intermédio de uma lógica profissionalizante e privatista ou mercantilista”, nesse contexto destaca-se as Instituições de Ensino Superior a distância. Podemos observar que esse novo modelo de ensino denominado EAD, alcançam os cursos de Serviço Social.

Com relação aos estudos que versam sobre a temática no âmbito do Serviço Social destacamos os estudos de Pereira (2010) que ao discorrer sobre o crescimento da Educação Superior, destacando o curso de Serviço Social na educação a distância dados de faz menção a respeito da formação profissional em serviço social, apontando que esses “novos cursos criados, formará assistente social sem a dimensão de pesquisa ao longo da formação acadêmica, pois, são cursos inseridos majoritariamente em instituições privadas e não obrigada legalmente por não serem universidades” (PEREIRA, 2010, p. 326), destaca também a precarização do trabalho docente. Outro fator que recebe destaque no processo de expansão do curso de serviço por meio da educação a distância é referente à orientação de Trabalho de Conclusão de Curso TCC, estudo de Pereira e Lima (2009, p. 32) destacam a ausência de qualidade pedagógica.

Azevedo, Coelho e Pereira (2008, p. 1), destacam que “com o governo Lula, a mercantilização do ensino superior aprofunda-se, através da expansão desenfreada da modalidade de Educação à Distância”, ressalta que a formação profissional do assistente social limita-se para atividades de ensino e sem incentivo para pesquisa, destacando nesse cenário o curso de Serviço Social na expansão da educação superior.

Conforme estudos de Pereira e Lima (2009, p. 47) destacam que é necessária a realização de pesquisas que analisem como “efetivamente ocorre à formação em Serviço Social” articulando a análise com a política educacional do curso.

A Educação a Distância tem crescido nos últimos anos oportunizando o acesso na Educação Superior, entretanto ainda não sabemos os resultados desse fenômeno da educação à distância no tocante a formação desses novos profissionais com relação às matrizes estabelecidas para os cursos, uma vez que esta normatiza os cursos presenciais e os cursos oferecidos na modalidade à distância.

A expansão na oferta de cursos e de vagas na educação superior segue as tendências neoliberais de privatização e massificação da educação, entretanto, representam possibilidades de acesso a esse nível de educação para sujeitos que desejam concluir a educação superior.

Tabela 1 - Curso de Serviço Social - Graduação Presencial - distribuição por matrículas

Ano	Brasil	Centro Oeste		Mato Grosso do Sul	
		CO/BR%		MS/CO%	
1995	19.027	982	5,2	275	28,0
1996	19.237	989	5,1	267	27,0
1997	20.152	1.043	5,2	248	23,8
1998	20.928	1.072	5,1	242	22,6
1999	22.121	1.120	5,1	257	22,9
2000	23.262	1.438	6,2	267	18,6
2001	25.599	1.480	5,8	226	15,3
2002	28.266	1.557	5,5	227	14,6
2003	31.986	1.737	5,4	290	16,7
2004	36.125	1.632	4,5	390	23,9
2005	42.164	1.701	4,0	563	33,1
2006	47.867	1.810	3,8	686	37,9
2007	52.868	2.167	4,1	787	36,3
2008	57.731	2.554	4,4	907	35,5
2009	62.681	2.950	4,7	857	29,1
2010	68.724	4.470	6,5	1.864	41,7
2011	72.019	4.501	6,2	919	20,4
2012	75.551	4.829	6,4	636	13,2
Total Geral	726.308	38.032	5,2	9.908	26,1
1995/2003 Δ%	68,1	76,9	-	5,4	-
2003/2011 Δ%	125,1	159,1	-	216,9	-
2011/2012 Δ%	4,9	7,3	-	-30,8	-

Fonte: Mec/Inep de 1995-2012.

Um aspecto relevante identificado na Região Centro Oeste se refere ao número de matrículas, quando analisados com base nos mandatos de FHC, Lula e Dilma. Observamos que no ano período de 2003 a 2011 ocorre um aumento expressivo de matriculados na Região

Centro Oeste apontando 159, 1% quando comparado ao mandato anterior que mostra apenas 76,% de matriculados.

No mesmo período referente ao mandato Lula Mato Grosso do Sul aponta um aumento expressivo na quantidade de matriculados, assinalando um percentual de 216,9%. Os dados podem estar associados ao fato de que no Governo Lula ocorreu um maior incentivo para as políticas públicas de educação superior, destacando-se o Programa Universidade para todos, o qual propicia o acesso ao ensino superior.

Tabela 2 - Curso de Serviço Social - Graduação Presencial - distribuição por matrículas (FEM/MAS)

Ano	Brasil		Centro Oeste		Mato Grosso do Sul	
	FEM	MAS	FEM	MAS	FEM	MAS
1995	17.989	1.038	919	63	254	21
1996	18.158	1.079	887	102	252	15
1997	19.053	1.099	999	44	237	11
1998	19.854	1.074	1.020	52	227	15
1999	20.976	1.145	1.069	51	246	11
2000	22.154	1.108	1.352	86	253	14
2001	24.245	1.354	1.380	100	215	11
2002	26.170	2.096	843	714	213	14
2003	30.001	1.985	1.611	126	270	20
2004	33.812	2.313	1.519	113	363	27
2005	38.960	3.204	1.567	134	522	41
2006	44.193	3.674	1.658	152	628	58
2007	48.518	4.350	1.982	185	728	59
2008	52.754	4.977	2.313	241	827	80
2009	57.580	5.101	2.717	233	801	56
2010	63.113	5.611	4.071	399	1.708	156
2011	66.011	6.008	4.118	383	854	65
2012	69.281	6.270	4.388	441	589	47
Total Geral	672.822	53.486	34.413	3.619	9.187	721

Fonte: Mec/Inep de 1995-2012.

O número de matrículas por sexo confirmando a predominância com relação ao sexo feminino, o que está relacionado com o aspecto histórico da profissão, a qual é iniciada com a influência das mulheres. Neste sentido a autora abaixo ressalta que: “[...] Boston, Massachusetts e Chicago foram as primeiras cidades nos Estados Unidos a instituir a presença do assistente social nos tribunais. Na época, o trabalho era desenvolvido por um grande número de profissionais do sexo feminino (MARTINELLI, 2011, p. 109). Tal fato fez com que a profissão fosse marcada como uma profissão predominantemente feminina, até os dias atuais. Nesta direção, uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social

(CFESS), em 2004, revelou que 97% dos assistentes sociais são do sexo feminino, confirmando-se a história da categoria (CFESS, 2005).

Tabela 3 - Curso de Serviço Social - Graduação a Distância - distribuição por matrículas

ANO	BRASIL	Centro Oeste		Mato Grosso do Sul	
		CO/BR%		MS/CO%	
2007	31.115	2.303	7,4	2.303	100,0
2008	101.890	6.931	6,8	6.931	100,0
2009	68.055	11.776	17,3	11.776	100,0
2010	74.474	16.071	21,6	16.071	100,0
2011	80.650	16.262	20,2	16.262	100,0
2012	97.428	24.473	25,1	24.473	100,0
Total Geral	453.612	77.816	17,2	77.816	100,0
2007/2011 $\Delta\%$	159,2	606,1	-	606,1	-
2011/2012 $\Delta\%$	20,8	50,5	-	50,5	-

Fonte: Mec/Inep de 1995-2012.

Com relação ao número de matriculadas na modalidade EAD, observamos que estes dados alteram na tabela acima, onde ocorre um número significativo e expressivo de crescimento do número de matrículas nos de 2008 e 2009 na modalidade EAD, entendemos que a criação da Universidade Aberta do Brasil por meio do Ministério da Educação oportuniza esta expansão.

Os dados revelam que em nível de Brasil o curso de Serviço Social inicia seu processo de institucionalização na EAD em 2008 apontando um crescimento de 31.115 em 2007 para 101.890 no ano de 2008. Na região Centro Oeste este número também cresce em 2009 apontando um aumento expressivo de 6.931 em 2008 para 11.776 em 2009. Fator também percebido em MS onde seu processo de institucionalização é iniciado e 2007 e cresce de forma expressiva nos anos a seguir, principalmente em 2008 e 2009, onde os números revelam que é iniciado com 2.303 aumento em 2008 para 6.931 em 2009 tem um salto para 11.776 e em 2010 16.071. Importante notar que este quadro de crescimento se modifica no período de 2008 a 2011, este número nos direciona a identificar que tal evolução deva-se a articulação das Universidades Privadas por meio das Universidades Abertas que teve seu decreto aprovado em 2006 e posteriormente inicia-se o processo da institucionalização da EAD.

Tabela 4 - Curso de Serviço Social - Graduação a Distância - distribuição por matrículas (FEM/MAS)

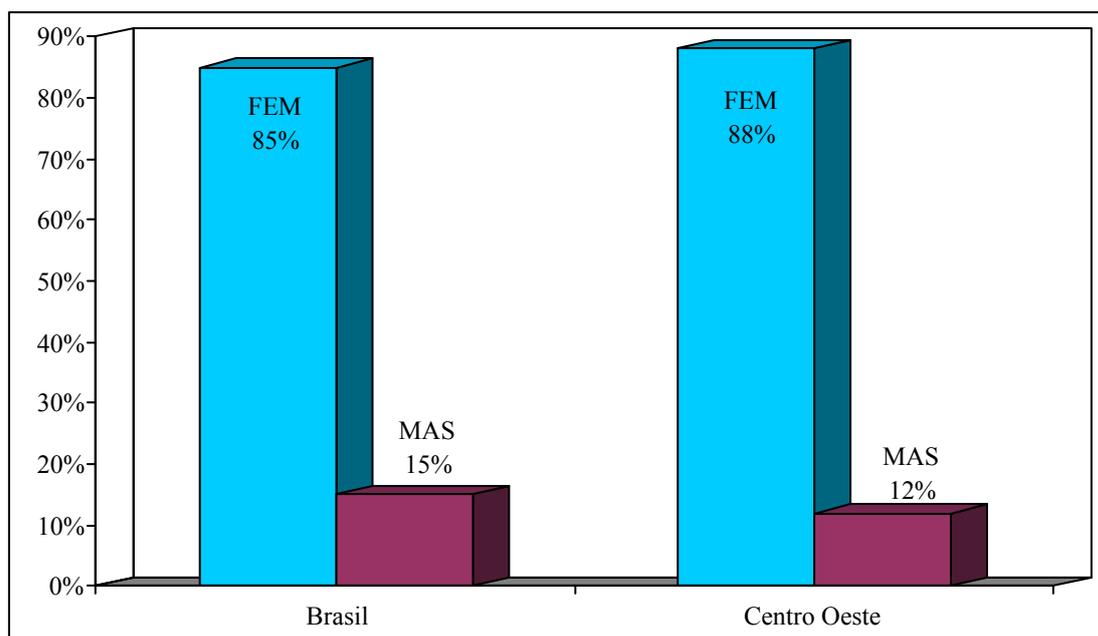
Ano	Brasil		Centro Oeste	
	FEM	MAS	FEM	MAS

2007	27.787	3.328	2.001	302
2008	68.924	32.966	5.922	1.009
2009	60.530	7.525	9.938	1.838
2010	66.976	7.498	14.148	1.882
2011	72.890	7.760	14.707	1.555
2012	87.961	9.467	22.031	2.442
Total Geral	385.068	68.544	68.788	9.028

Fonte: Mec/Inep de 1995-2012.

No ano de 2008 é possível identificar um aumento expressivo de matriculados do sexo masculino no curso de Serviço Social na modalidade EAD, em nível de Brasil e também na Região Centro Oeste onde ocorre um crescimento do número de matrículas referente ao sexo masculino, tendo um salto de 2007 no Brasil de 3.328 para 32.966 e na Região Centro Oeste de 302 para 5.922. Podemos visualizar melhor no gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Curso de Serviço Social - Matrículas Graduação a Distância - Total por Gênero de 1995 a 2012.



Fonte: Mec/Inep de 1995-2012.

Os dados mostram que o percentual do sexo feminino é maior quando comparado ao sexo masculino tanto em nível de Brasil quanto na Região Centro Oeste. Interessante observar que o resultado sobressai na região Centro Oeste com 88% .

Tabela 5 - Curso de Serviço Social - Graduação a Distância - Região de Centro Oeste
Distribuição por categoria administrativa

Ano	Brasil	Centro Oeste
2007	31.115	2.303
2008	101.890	6.931
2009	68.055	11.776
2010	74.474	16.071
2011	80.650	16.262
2012	97.428	24.473
Total Geral	453.612	77.816

Fonte: Mec/Inep de 1995-2012.

Podemos apresentar por meio dos dados acima de que o curso de Serviço Social é ofertado na modalidade EAD somente em Instituições privadas na Região Centro Oeste MS. É importante salientar que este número revela a Institucionalizado e expansão do Curso de Serviço Social, uma vez que, o curso tem seu início em 2007 começando seu processo de institucionalização apontado 31.115 matriculados e no ano de 2008 um aumento expressivo de 101.890 matriculados, dados que também tem seu crescimento em 2007 na Região Centro Oeste com 2.303 e no ano de 2008 apontando um salto para 6.931 matriculados.

Conclusão

Em virtude das novas demandas apresentadas no mundo do trabalho do assistente social, surge este novo processo de educação na trajetória histórica do Serviço Social, neste sentido a proposta não se limita a versar sobre “opiniões” contrárias ou a favor, mas sim, ampliar a discussão, obervando que o processo da expansão é evidente nos dados apresentados.

O curso de Serviço Social é oferecido na modalidade a distância e consiste em uma das possibilidades de formação. A pesquisa sobre a Expansão do Curso de Serviço Social na Região Centro Oeste, revela que o período de 2003 a 2011 ocorreu um aumento na distribuição de matrícula na graduação presencial apontando 159,1% com relação ao período de 1995 a 2003. Esses dados quando comparado com a modalidade a distância prevalece

apontando no período de 2007 a 2011 um aumento de 606, 1% de matriculados no curso de Serviço Social.

Os dados do INEP no período de 1995 até 2012 demonstram a expansão nos cursos presenciais e na EAD, nos anos de 2008 e 2009 com aumento de matrículas de 6.931 para 11.776 e em 2010 16.071, depois em 2012 com 24.473. Percebemos que a efetivação da lei referente a Universidade Aberta instiga, fomenta e contribuem para a institucionalização de curso na EAD, sendo assim, o surgimento do curso de Serviço Social por meio de tal modalidade.

Verifica-se que no ano período de 2003 a 2011 totaliza-se 38.032 matriculados no curso de Serviço Social presencial, a pesquisa permitiu observar que no período de 2007 a 2011 foram matriculados 77.816 alunos no curso de Serviço Social na modalidade EAD, na região Centro Oeste.

As discussões sobre os dados demonstram que a expansão da educação superior se dá com maior percentual de número de matrículas na modalidade EAD. A evolução da expansão do curso de Serviço Social indica a necessidade para o debate a respeito de tal processo, a fim de, contribuir para a qualidade da formação da categoria, uma vez que os dados estatísticos revelam tal expansão.

A ampliação da oferta de vagas na educação superior favorece o acesso à educação, entretanto, a massificação da educação e a oferta sem critérios de qualidade não contribui para a formação de um sujeito crítico e participativo, portanto é necessário o debate da categoria profissional quanto a sua formação a qual tem seu desdobramento em sua prática consubstanciando a materialização em sua práxis de acordo com as competências e atribuições explicitadas na Lei de Regulamentação da Profissional, bem como no Código de Ética Profissional em consonância com o projeto ético político do Serviço Social.

Referências

ABEPSS/CEDEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/novo/leis-e-decretos/diretrizes-curriculu>>. Acesso em: 18 out. 2013.

AZEVEDO, G. S; COELHO, A. T. V; PEREIRA, D.L. A expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil pós-2003: mapeamento e caracterização institucional. In: **Políticas Públicas 7 Serviço Social: análises e debates**. Publicação do Observatório Social. Rio de Janeiro, novembro/dezembro, 2008. Disponível em <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 18 out. 2013.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.

BUENO, S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

CAMURRA, Luciana; TERUYA, Teresa Kazuzo. Artigo Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação. **Anais 1º Simpósio Nacional de Educação XX Semana da Pedagogia 11 a 13 de novembro de 2008**, UNIOESTE-Cascavel-PR. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/Cursos/Cascavel/pedagogia/eventos/.../Artigo%2015.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

CASTRO, M. M. **História do serviço social na América Latina**. São Paulo: Cortez. 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. 2005. CDU 364442. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2014.

CHIZZOTI, Antônio. A Constituição de 1823 e a Educação. In. FÁVERO. Osmar (Org.). **A educação nas Constituintes Brasileiras - 1823-1988**. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social - identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, L. D. A expansão dos cursos de serviço social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís-MA, número Especial, p. 323-331, agosto, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/426/819>>. Acesso em: 18/10/2013

PEREIRA, D. L.; LIMA, S. R. K. Contra-Reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedades em Debate**, Pelotas, v. 15, n. 1, p. 31-50, já./jun., 2009.

SÁ, J. L. M. de. **Conhecimento e currículo em serviço social**: análise das contradições (1936-1975). São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. et. al. **O Legado Educacional no Brasil no Século XX**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2006. Coleção Educação Contemporânea

_____. **A nova Lei da educação LDB trajetória - limites e perspectivas**. 12.ed. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SGUISSARDI, V., SILVA JÚNIOR, J. R. Forma e razões da expansão da educação superior pública no Brasil. In: BITTAR, M.; MANCEBO, D.; CHAVES, V. L. J. (Orgs.). **Educação Superior** - expansão e reformas educativas. Maringá: Eduem, 2012.

VEIRA, S. L. **Política educacional em tempos de transição: 1985-1995**. Brasília: Plano Editora, 2000.